



Conflitos morais e colonialismo em *O mandarim*, de Eça de Queiroz

Silvana Seabra Hooper^{1,2}

¹Universidade Presbiteriana Mackenzie, Rua da Consolação, 930, 01302-907, São Paulo, São Paulo, Brasil. ²Universidade Católica de Minas Gerais, Rua Dom José Gaspar, 500, 30535-901, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: silhooper@gmail.com

RESUMO. O trabalho analisa o conto *O mandarim*, de Eça de Queiroz, como marcador da ambivalência, ao final do século XIX, entre a ordem mundial do imperialismo e as pautas de uma imaginação ampliada da universalidade humana. Eça de Queiroz parte de antiga questão filosófica, sob o título 'o dilema do mandarim', que propõe que a distância no tempo e no espaço é proporcionalmente inversa à indiferença humana pelo sofrimento e pela dor. Partindo dos estudos culturais e da história social, o artigo propõe uma leitura mais detalhada da obra, não apenas como reflexo de um processo econômico e social, mas também como construtora de uma forma de sensibilização através da ficcionalidade. Esse aspecto é também cotejado pelas autoras Lynn Hunt, historiadora, e por Martha Nussbaum, filósofa, ambas com dedicação ao problema dos efeitos emocionais dos romances dos séculos XVIII e XIX para a instituição da moralidade humana naquilo que concerne à noção de igualdade moderna. Sob essa temática é que surgem os conceitos de simpatia ou empatia, que mesmo já consolidados na psicologia social, ainda são frágeis no âmbito dos estudos sociais e literários. Ao trazê-los para a análise de *O mandarim*, mostramos que o aparentemente singelo trabalho de Eça pode ser problematizado em proporções sociais simbólicas, que deslizam da narrativa colocada em termos individuais para considerações sobre lugares e formações ampliadas, como a relação entre Ocidente e Oriente. Ao mesmo tempo que propõe questões de caráter mais genérico, o texto também coloca em tela a condição identitária de Portugal à época do escrito eciano, sugerindo uma trama mais complexa como pano de fundo da ficção de *O mandarim*.

Palavras-chave: Eça de Queiroz; *O mandarim*; imperialismo; mundialização; literatura.

Moral conflicts of recognition of colonialism in *O mandarim*, by Eça de Queiroz

ABSTRACT. The work analyzes the short story *O mandarim*, by Eça de Queiroz, as a marker of the ambivalence, at the end of the 19th century, between the world order of imperialism and the guidelines of an expanded imagination of human universality. Eça de Queiroz starts from an old philosophical question, under the title 'the mandarin's dilemma', which proposes that distance in time and space is proportionally inverse to human indifference towards suffering and pain. Starting from cultural studies and social history, the article proposes a more detailed reading of the work, not only as a reflection of an economic and social process, but also as a constructor of a form of awareness through fictionality. This aspect is also discussed by the authors Lynn Hunt, historian, and Martha Nussbaum, philosopher, both dedicated to the problem of the emotional effects of 17th and 18th century novels for the institution of human morality in what concerns the notion of modern equality. Under this theme, the concepts of sympathy or empathy emerge, which, even though already consolidated in social psychology, are still fragile in the scope of social and literary studies. By bringing them to the analysis of *O mandarim*, we show that Eça's apparently simple work can be problematized in symbolic social proportions, which move from the narrative placed in individual terms to considerations about expanded places and formations, such as the relationship between West and East. At the same time as it proposes questions of a more generic nature, the text also highlights the identity condition of Portugal at the time of Eça's writing, suggesting a more complex plot as the backdrop to the fiction of *O mandarim*.

Keywords: Eça de Queiroz; *O mandarim*; mundialization; imperialism; literature.

Received on September 14, 2023.

Accepted on March 12, 2024.

Introdução

A presença da literatura ficcional no estudo das relações internacionais, ou daquilo que podemos chamar de compreensão de um sistema-mundo (Wallerstein, 1999), não é nova. Contudo, só mais recentemente essa dimensão tem sido examinada dentro de uma forma mais sistemática, incluindo questões que extrapolam o campo da economia. Como debate consagrado nas ciências políticas, a importância da literatura vai migrando significativamente também para outras áreas, cuja natureza interdisciplinar acolhe formas híbridas de análise e compreensão. Há mais de duas décadas, a *Alternatives* (Poetic, 2000) publicava um número dedicado à temática *Poetic world politics*; no ano seguinte, a *Millennium* (The aesthetic, 2001) produzia um número especial, cuja temática era *The aesthetic turn in international political theory*.

Os temas que interessam mais exatamente às relações internacionais ou mundiais não se encontram sob essa rubrica específica, e devem, como em qualquer outra fonte de representação, ser desenvolvidos como tal: guerras, viagens e comércio sempre foram assuntos da literatura. Assim, sempre é possível observar, em textos clássicos, a presença de questões que hoje identificaríamos como do campo das relações internacionais. Com maior ênfase, é o caso dos chamados ‘estudos pós-coloniais’ e dos ‘estudos culturais’, que se utilizaram basicamente da literatura ficcional produzida pelo ‘centro’ sobre as chamadas margens do mundo.

Grande parte da resistência em tomar a literatura ficcional como espaço significativo e qualificado para a discussão nas ciências humanas, em geral, e nas ciências políticas, em especial, nasce de um profundo debate que opôs a literatura à história, no final do século XIX. Entendida como ciência nos moldes positivistas, a história e, mais tardiamente, toda a área das humanidades, procuraram afastar-se da ficcionalidade, qualificada como seu contraponto e, portanto, considerada irreal, atinada à imaginação. Também naquele momento a literatura aparecia mais como uma formação do *geist*, uma *bildung*, ou como nexos e caminhos educativos para um homem universal, ideal de caráter iluminista (*Aufklärung*). Kant é o representante mais lembrado quando se mencionam os aspectos políticos e filosóficos do cosmopolitismo, enquanto Goethe é o autor do projeto dessa natureza para a literatura, que pretendia ser universal (Casanova, 2002; Damrosch, 2003). Na esteira dos argumentos mais críticos, é recorrente apontar o contexto histórico, que evidencia o avanço do colonialismo europeu como evento que explicaria a ampliação do universo mental do século XIX.

Nessa mesma vertente, encontramos o próprio eixo da sensibilidade, em que a literatura ficcional muito se firmou ao longo dos séculos XVIII e XIX. O fenômeno tornou-se classicamente reconhecido como manifestação burguesa da época, buscando tanto justificar suas práticas de controle quanto apaziguar os sentimentos contraditórios de então. Ao mesmo tempo se instaura uma ambivalência, que nasce diretamente da oposição entre as noções de igualdade moral e a defesa de um conjunto de direitos dos seres humanos, de um lado, e as várias incursões das nações europeias sobre o Oriente e a África, de outro.

O próprio gênero literário do romance expressa essa dubiedade, na medida em que o tópico imperial vai lentamente subvertendo a imaginação romântica, abundantemente expressa nas aventuras, nos anos de 1800, para dar lugar ao realismo imperial, como o de Conrad (2002a, 2002b). Dos conflitos relativos à vida privada das famílias, no romantismo, e das narrativas aventureiras do além-mar, vai se delineando uma outra estética, que amplia a imaginação política para fora de seus horizontes locais. Os elementos fundamentais desse novo imaginário incluem, para além da travessia intelectual e física das fronteiras, as tensões entre um centro metropolitano e uma periferia de colônias, e entre o civilizado e o selvagem. Esses são itens da política que vão se estabelecendo conjuntamente ao traçado dos estados nacionais. Além disso, uma importante dimensão normativa vai sendo construída, especialmente quanto à forma como o mundo e seus habitantes devem ser organizados e hierarquizados. Essa ‘imaginação do centro’, como bem a nomeou Santos (2002), também é uma imaginação posicional, na medida em que reordena igualmente o ‘centro’. Assim, as literaturas coloniais e pós-coloniais não estão restritas ao discurso disciplinar da metrópole, nem à sua contraposição, mas colocam em tela uma gama de conflitos e tensões que dizem respeito à própria autoimagem europeia.

Um dos exemplos dessas reconfigurações é Portugal e sua ambígua posição no imperialismo do século XIX. Mais do que a própria Espanha, Portugal foi protagonista da expansão da Europa, que resultou na fundação do primeiro império colonial europeu da idade moderna. A ambição imperial forjou também um imaginário de glória mítica, que perdura como algo difuso na mentalidade portuguesa (Lourenço, 1991, 2001). Ao final do século XIX, traços dessa concepção desempenharam um papel cultural importante quando do novo arranjo imperialista. Portugal figurava, agora, como uma semiperiferia do sistema (Santos, 1993, 2002), oscilando entre uma identidade imperial e outra mais próxima aos países colonizados (Ribeiro, 2002).

A tensão entre esses modos identitários foi particularmente sentida pela ‘geração de 1870’, da qual Antero de Quental e Eça de Queiroz são seus mais conhecidos expoentes. O caráter realista dessa época mostra um Portugal esvaziado de sentido e como difícil horizonte aos intelectuais. É nesse momento que Eça escreve suas obras mais críticas e irônicas, figurando entre elas o conto *O mandarim*, cujo desenho parece fugir tanto dos temas mais românticos do início de sua carreira quanto do estilo mais realista adotado posteriormente.

Este artigo propõe uma análise desse conto a partir da ambiência do século XIX – que por um lado manifesta uma nova ordem mundial, colocada pelo imperialismo, desenhando pautas de uma imaginação ampliada, na qual os valores de uma universalidade humana de igualdade de direitos se consolidam, e por outro coloca elementos próprios às ambiguidades do espaço português. Aplicando uma metodologia que recorre tanto a estudos históricos e literários como a tópicos e autores dos estudos culturais, pretende-se, menos do que repetir os motivos do poder e da disciplina (Said, 2011; Foucault, 2013), apontar as tensões de um novo pensar-mundo (Moretti, 2003; Bleiker, 2009). Segundo Bleiker (2009), trata-se de pensar o fosso inevitável entre o representado e a representação, evitando as compreensões que tentam “[...] diminuir essa lacuna, como fazem as abordagens miméticas [...]”, exatamente por identificar que “[...] o *insight* estético reconhece que a diferença inevitável entre o representado e sua representação é a própria localização da política [...]” (Bleiker, 2009, p. 19, tradução nossa).¹ Assim, para perseguir o intento, apresentaremos em primeiro lugar o enredo, localizando-o dentro de uma temática que ficou conhecida como ‘O dilema do mandarim’. Depois, procederemos à análise, sugerindo *O mandarim* como uma construção peculiar da relação entre literatura, espaço/territórios e novas sensibilidades, dentro da dinâmica-mundo que ora se colocava.

As histórias de *O mandarim*

‘O dilema do mandarim’ não é uma invenção de Eça de Queiroz; tampouco pertence à sua época. Trata-se de um tema que remonta a antigo debate da tradição ética e moral ocidental, que versa, por sua vez, sobre a natureza humana. No princípio da querela encontra-se a afirmação de que a distância no tempo e no espaço influencia os valores humanos, criando tanto mais indiferença quanto maior for a distância. A genealogia do ‘motivo do mandarim’ pode ser traçada desde Aristóteles, chegando aos tempos modernos com citações em obras de Adam Smith, Diderot, Chateaubriand, Albert Monnier, Jules Verne e Balzac (Martins, 1967), este considerado o autor moderno da tópica, criando uma narrativa na qual se estabeleceram os seguintes elementos definidores:

(1) um delito, um assassinato, que agracia o criminoso com (2) uma ‘fortuna’, possivelmente uma herança legada pela vítima; essa a vantagem que o assassino irá auferir e, com ela, (3) a certeza da ‘impunidade’, pois (4) ‘o local do crime é afastado’ e, para ele, é a ‘vítima desconhecida’ (5); ela morre graças a um simples desejo, expresso ou não verbalmente, ou após um gesto do interessado: essa a ‘arma’ (6) do crime (Berrini, 1992, p. 40, grifo do autor).

A questão aparece no romance *O pai Goriot*, de Balzac (2015), em termos bastante semelhantes aos de Eça, sobretudo quanto à punição, pela consciência do desejo culposos, da responsabilidade ou da irresponsabilidade pelo ‘crime’ (indireto).

Dentro da tradição do debate, merece destaque a posição de Adam Smith, por mencionar pela primeira vez a China como exemplo de distância absoluta para a construção do problema da moralidade e da distância. Smith propõe ao leitor que suponha que “[...] o grande império da China, com suas miríades de habitantes, seja subitamente tragado por um terremoto” (Smith, apud Ginzburg, 2011, p. 213). Na sequência de sua formulação, afirma que a tragédia poderia provocar sentimentos de piedade e tristeza (na Europa), mas que muito rapidamente o fato seria esquecido. Assim como para Smith, para Diderot também o longínquo tem o nome de China. Ao discutir questões sobre moralidade, tempo e distância, Diderot observa que um “[...] assassino, transportado para as terras da China, está longe demais para perceber o cadáver que deixou sangrando na beira do Sena”. (Diderot, apud Ginzburg, 2011, p. 204).

Embora possa parecer apenas um detalhe, a nomeação do distante como China mostra importante mudança na visão de mundo. Como explica Franco Moretti (2003, p. 18), “[...] a geografia configura a estrutura narrativa do romance europeu”. Transmutando de uma consideração imprecisa e vaga, o distante passa a evocar uma. A construção do ‘dilema do mandarim’, numa oposição entre França e China, também se repete em Chateaubriand, cujo texto identifica a vítima como o próprio chinês – um mandarim – e o assassino como

¹ “[...] narrow this gap, as mimetic approaches do [...]”; “[...] aesthetic insight recognizes that the inevitable difference between the represented and its representation is the very location of politics”.

um europeu. Contudo, será Eça de Queiroz quem dará ao dilema a sua forma mais precisa, incorporando todos os elementos que haviam sido elencados pelo escritor francês, acrescentados de um assassinato.

O *mandarim* é um dos trabalhos mais singulares de Eça, no qual pretendia se distanciar “[...] do fluxo moderno da nossa literatura” (Queiroz, 2012, p. 7). Assim, o autor pretendeu, como afirma em sua introdução, contrapor-se ao realismo e construir uma “[...] história de fantasia e do fantástico [...]” (Queiroz, 2012, p. 8), na qual o diabo aparece.

O argumento de *O mandarim* é simples. O narrador é Teodoro, morador de Lisboa, em casa de dona Augusta, na Travessa da Conceição; é bacharel e funcionário do Ministério do Reino. Considera-se um ‘positivo’, numa referência à crença na racionalidade, sendo ‘um descrente’, mas também um supersticioso, que reza todos os dias à Nossa Senhora das Dores. Tem ambições mundanas, como o luxo, a suntuosidade e a companhia de mulheres com algum status (viscondessas). Numa certa ocasião, em seu quarto, lendo capítulo de um livro intitulado ‘*Brecha das almas*’, Teodoro se depara com a proposta de matar um mandarim ‘no fundo da China’ e transformar-se em seu herdeiro. Para tanto, bastaria querer e tocar um sino. Segue-se um momento de surpresa e perturbação diante daquele “[...] sombrio in-fólio [que] parecia exalar magia [...]”, e em estado de alucinação ou delírio o personagem parece avistar a tal campainha, bem como reconhecer, diante de si, um indivíduo ‘todo de preto’, a encorajá-lo: “Vamos, Teodoro, meu amigo, estende a mão, toque a campainha, seja um forte!” (Queiroz, 2012, p. 17).

O estranho (talvez o diabo), “[...] tão contemporâneo, tão regular, tão classe média [...]” (Queiroz, 2012, p. 17), incita-o a tocar a sineta, narrando a vida de riquezas que alcançará. Teodoro acaba por tocá-la, sendo informado por seu interlocutor que o mandarim havia falecido. Tudo parece se desvanecer, e Teodoro chega a duvidar do acontecido, mas a promessa se cumpre meses depois com o recebimento da fortuna. Teodoro passa a viver nababescamente, sendo admirado e respeitado pela sociedade lisboeta. Porém, pouco tempo depois, começa a ver a “figura bojuda [do] mandarim fulminado”, instalando-se nele uma condição culposa que não o abandonará mais. Teodoro tenta aplacar a aflição com doações e uma vida de prazeres. Entretanto, em face da infelicidade, resolve “[...] partir para a China! [...]” (Queiroz, 2012, p. 40), com a intenção de descobrir a família de Ti-Chin-Fú (o mandarim morto) e desposar uma de suas viúvas, para legitimar a posse de sua riqueza e dar um funeral pomposo e que acalme o “[...] espírito irritado [...]” do mandarim (Queiroz, 2012, p. 40). Na China, nos são apresentadas as aventuras de Teodoro, que em Pequim se relaciona com um ‘velho general russo’ e sua esposa, com a qual vive um caso. Ao viajar pelo interior do país em busca da família do mandarim morto, Teodoro acaba sendo perseguido por hordas que, querendo os tesouros do ‘diabo estrangeiro’, impedem-no de alcançar seu objetivo. Por isso, volta a Lisboa, onde reassume suas riquezas, mas continua acompanhado das visões do mandarim. Morre, deixando sua fortuna ‘ao demônio’.

A retórica da distância: ocidente e oriente

A aventura do personagem Teodoro, especialmente o seu périplo pela China, recebeu várias análises que a associam aos processos de representação do Oriente pelo Ocidente. Já em 1967, Martins sugeria a novela como uma alegoria colonial, na qual o mandarim representaria o explorado povo chinês e Teodoro, o ‘ocidente próspero e dominador’. Uma década depois, é lançada a obra de Edward Said – *O orientalismo* (1990) –, que, seguindo a linha foucaultiana, compreenderia o Oriente como resultado discursivo do Ocidente. Said analisou uma grande variedade de escritores e viajantes franceses e britânicos ao longo dos séculos XIX e XX e observou uma continuada e persistente visão *a priori* sobre o Oriente Próximo, que o descrevia como exótico, degenerado, sensual e até mesmo fanático. Nesse sentido é que Said afirma que o Oriente é uma invenção, e não um encontro simétrico. (Said, 1990).

Passadas décadas do forte impacto positivo que envolveu o lançamento, o trabalho de Said (1990) encontra, hoje, várias críticas, que vão desde seu comprometimento pessoal até equívocos no levantamento das fontes. Além disso, o trabalho também enfrentou a crítica de pensadores do próprio mundo oriental, que sustentaram que a leitura de Said promovia apenas um ‘orientalismo reverso’.² À polêmica iniciada, Said respondeu com o trabalho *Cultura e imperialismo* (2011), no qual tematizou algumas das críticas que lhe foram dirigidas, especialmente aquelas que apontaram uma visão de orientalismo monolítica e estrutural, que

² No conjunto de críticas e análises sobre o trabalho de Said (1990), três merecem destaque. A primeira de James Clifford (1980) e Robert Young (1990), cujo foco recai sobre questões epistemológicas. A segunda foi realizada por Bernard Lewis (1982), pesquisador na área de Estudos Orientais, que considerou a categoria de ‘orientalismo’ como extremamente estreita em seu foco e fontes. O terceiro tipo de crítica, chamada de ‘orientalismo reverso’ (Al-Azm, 2000; Sivan, 1997), pertence ao debate sobre a modernização do Oriente Médio.

deixaria pouco espaço para as dinâmicas de ambivalências, contradições e oposições. A mesma crítica é a que nos orienta na sequência da análise de *O mandarim*. Assim, considerando que o orientalismo, em sua dinâmica mais modelar, inglesa ou francesa, foi sempre um processo, e não um fato acabado, a obra em tela – *O mandarim* – revela-se um bom exemplo.

Um outro argumento, o de Boaventura Santos (1993, 2002), sobre a condição ambígua da identidade portuguesa, desde as grandes navegações, quando aliado à perspectiva discursiva, indicaria também um orientalismo menos hegemônico do que aquele defendido por Said. Para Santos, o

[...] problema de autorrepresentação do colonizador português [que] cria uma disjunção caótica entre o sujeito e o objeto de representação colonial, gerando um campo aparentemente vazio de representações (mas, de fato, cheio de representações subcodificadas) que, do ponto de vista do colonizado, constitui um espaço de manobra adicional para tentar sua autorrepresentação para além da representação de sua subalternidade (Santos, 2002, p. 25).

O chamado ‘espaço de manobra’, sugerimos, pode se constituir como maior ou mais profunda instabilidade no campo das representações. A trama de *O mandarim* encontra nesse argumento, portanto, esse lugar de oscilação curiosa, presente no tema de *Cultura e imperialismo* (2011), cuja matriz assenta-se na tentativa de Said de incorporar respostas subalternas ao orientalismo e ao imperialismo. Embora a questão da subalternidade esteja associada imediatamente ao colonizado, a posição de Portugal, mais especificamente, foge ao esquema dicotômico do colonizador/colonizado.

As descrições da China em *O mandarim* apresentam, em variados momentos, a mesma visão que muitos viajantes ingleses e franceses registram sobre as suas incursões ao Oriente. Embora a curiosidade pelo exótico esteja muitas vezes presente, o cenário bárbaro e insólito é a imagem que domina, reforçando o preconceito cultural inserido na percepção desse outro mundo. O protagonista de Eça marca essa dicotomia, por exemplo, ao proceder a um desdobramento, internamente ao cenário chinês, avaliando Pequim como dotada de exotismo refinado, mostrando os elementos de civilidade como artísticos e monumentais. Não há nisso ruptura na representação ocidental sobre o Oriente. Porém, apesar de o modelo inicial estabelecer uma dicotomia entre o civilizado e o primitivo, havia também uma extensa gradação entre esses termos, que permitia tanto reconhecer as peculiaridades culturais dos povos quanto estabelecê-las dentro de um modelo evolutivo *continuum*, cujo ápice era o europeu, mas não certamente o português. Além disso, a China que surge vagarosamente das páginas de *O mandarim* é cena de um drama que não pode ser minimizado: um crime cometido.

De fato, Eça de Queiroz foi o único autor que transferiu o ‘dilema do mandarim’ para a distante China e concedeu o papel de vítima a um chinês (Martins, 1967). Pequenos à primeira vista, esses ajustes conformam um caráter semiótico e simbólico nada desprezível ao espaço chinês. Dos confins da terra, a China se torna mais próxima. O próprio protagonista tenta significar sua viagem como distante da “[...] curiosidade ociosa de um *touriste* [...]”, entediando-se com a paisagem, que considera uma repetição de imagens dos “[...] vasos de porcelana, de um tom azulado e vaporoso” (Queiroz, 2012, p. 14). Mesmo antes de embarcar, a imagem da China é, para Teodoro, uma certeza fornecida pelo molde ocidental.

O problema ético do distanciamento moral é ressaltado e pode ser roteirizado como geográfico. Ao fim e ao cabo, o espaço da China é, sobretudo, um espaço alegórico da distância, do afastamento histórico e cultural absoluto. A intrigante questão de por que a China como espaço geograficamente liminar pode ser explicada pela caracterização que usualmente se faz do país como um limite potencial, “[...] um horizonte nem de alteridade nem de semelhança, mas sim da própria distinção entre alteridade e semelhança” (Hayot, 2009, p. 8).³ Nesse sentido, podemos afirmar que a experiência de Teodoro na China deve menos às narrativas ficcionais de aventura do que à discussão filosófica sobre os limites da natureza humana, sempre confundidos, ao final do século XIX, com os próprios limites civilizacionais. Assim, num primeiro momento, o cenário chinês parece apenas garantir o distanciamento da influência civilizacional, para que o experimento moral possa ser pensado e desenvolvido com fidelidade aos elementos da intriga dilemática. Também o esquematismo conceitual do protagonista é, nesse sentido, suficiente para traçar a funcionalidade do ambiente ao que é central: o distanciamento. Porém, ao mesmo tempo, a condição de alteridade absoluta atua de maneira a ressaltar o debate sobre a universalidade do humano. Colocado como narrativa ficcional que ‘resolve’ um dilema na forma de um homicídio, a história de Eça pode ser lida como mais uma das contribuições, que permite à China “[...] desempenhar a função filosófica e referencial que a torna como tal” (Hayot, 2009, p. 206, tradução nossa).⁴

³ “[...] a horizon neither of otherness nor of similarity, but rather of the very distinction between otherness and similarity”.

⁴ “[...] to perform the philosophical and referential function that becomes it”.

Para Hayot (2009), a persistência sobre a anedota do mandarim assassinado não é apenas uma curiosidade cultural, mas uma forma de exemplo recorrente, montado usualmente na forma hipotética, que busca discutir a ampliação do Ocidente em sua universalidade. A tópica, prossegue Hayot (2009), também pode ser vista como um ensaio, no sentido do experimento, de como o Ocidente promove sua ampliação, para além da questão do espaço, numa performance que é tanto literária quanto moral. Embora a alegoria possa apontar para o cenário da violência imperial, em que o centro lucra a distância, não deixa de ser notável que o conto de Eça de Queiroz estabeleça um cenário de culpa, que não poderá ser expiada. A condição culposa é, assim, uma relação proporcionalmente direta ao processo de alteridade: quanto maior a identidade do perpetrador com sua vítima, maior a sua culpa.

De fato, não são poucas as descrições sobre a tensão emocional que surge nos romances coloniais, não apenas na relação entre colonizadores e colonizados, mas como tema de fundo do próprio projeto imperial. Um autor como Conrad foi farto nas representações negativas dos europeus, e suas ficções são uma crítica mordaz à versão romântica da dominação imperial inglesa do século XIX. Said apontou o “[...] perfil agressivo [...]” dos personagens de Conrad com o próprio imperialismo. Entretanto, não deixou de observar que as ficções conradianas “[...] estão contagiad[a]s pela consciência irônica, facilmente identificável, da sensibilidade modernista pós-realista” (Said, 2011, p. 295).

Para Hayot (2009), o caso anedótico do ‘mandarim assassinado’ se habilita como exemplar do estudo do sentimento de simpatia⁵ por outros povos. Menos evidente nos casos mais citados e analisados nos estudos pós-coloniais, o contraponto de leitura do caso chinês talvez possa ser considerado não apenas uma exceção, mas uma contribuição para a compreensão do aspecto emocional do colonialismo imperial europeu do século XIX. A formação dessa nova sensibilidade tem sido detectada, sobretudo, na literatura romântica e realista dos séculos XVIII ao XIX.

A retórica da ‘sensibilidade’ e da ‘simpatia’

A alegoria moral de *‘tuer le mandarin’* é desenvolvida por Eça de Queiroz sob um desfecho trágico, não apenas porque o personagem decide pela morte do mandarim, mas sobretudo porque a consequência moral culposa, sendo irremissível, torna os ganhos, senão irrelevantes, com certeza duvidáveis. No caso desse conto, a relação entre distância e moral não é apenas hipostasiada, mas também imaginada num nexo direto de dependência subjetiva moralizante com responsabilidade humana de contornos globais: o desejo de Teodoro, realizado em terra portuguesa, produz sua consequência na China. É uma imaginação moral que, conformada de ficcionalidade, aponta a conexão emocional ampliada de mundo. Na sequência desse argumento, por sua vez, está expressa uma noção de proximidade que é facilitada tanto pelas novas tecnologias das viagens quanto por uma nova versão do ‘ser humano’.

Esse último acontecimento, de ordem cultural e moral, faz parte de um processo muito mais amplo, que já foi nomeado como ‘verdadeira reforma humanista’ (Taylor, 1997). Segundo Taylor (1997), essas mudanças históricas, particularmente desenvolvidas a partir da Inglaterra, tomaram emprestadas suas justificações tanto da filosofia (Hume, Smith) quanto do anglicanismo liberal, e envolviam uma ênfase na simpatia aos ‘outros’. Os desdobramentos estão não apenas na exortação dos cuidados aos menos favorecidos, fossem eles os pobres, fossem os doentes ou os órfãos, mas também (e igualmente) nos ideais dos movimentos de reformas sociais planejados, que visavam aliviar o sofrimento humano geral (Carey, Ellis, & Salih, 2004).

Um dos espaços mais expressivos dessa nova ‘sensibilidade’ se encontra na literatura da época, ficcional ou não. O tema já é bastante conhecido nos estudos literários e, embora os estudos culturais e pós-coloniais tenham chamado atenção para a conexão entre certas estruturas de sentimento e os fluxos transnacionais de bens e pessoas, o assunto ainda merece ser explorado. Contudo, à medida que os estudos interdisciplinares avançam, menos convincente se mostra a antiga imagem de uma cultura da sensibilidade como um ‘tropo’ descrito por choros e desmaios (sobretudo femininos), tal como nos foi legado pelos séculos XVIII e XIX.

Desde a metade do século passado, é cada vez mais reconhecido o papel dos processos emocionais nas negociações identitárias e nas interações entre o eu e o outro, ampliando o alcance de uma verdadeira ‘ética do encontro’ (Levinas, 2008). Instaurado em vários campos de análise discursiva, é possível considerar esse fenômeno como uma verdadeira ‘retórica da sensibilidade’, pelo menos dentro do seu sentido de persuasão, que foi tão importante no campo privado como no campo dos debates públicos (Todd, 1986). Ao longo dos anos 60

⁵ Hayot (2009) utiliza os termos simpatia e empatia como intercambiáveis, significando a capacidade de se projetar em lugar do outro.

do século passado, o debate sobre o papel das emoções nos processos sociais ganhou certa notoriedade, com as releituras de Elias (2011) e Huizinga (1985), que se somaram à *Ecolé des annales* (Febvre, 1985).

A ideia de que as emoções são um terreno real do poder político derivou da crítica dos estudos culturais e feministas. Além disso, realismo e sensibilidade são caracterizações próprias do romance moderno, cuja promoção cultural ocorreu paralelamente à ascensão do realismo na representação (Watt, 1990).

Muito dessa conformação se deve àquele fenômeno cultural, já citado por Taylor, cuja atenção recaiu sobre a ‘afirmação da vida cotidiana’, e que encontrou no romance realista um *locus* particularmente adequado a essas expressões. Portanto, longe da impressão mais imediata de que o realismo e as formas da sensibilidade seriam incompatíveis, o gênero e a ideia formam um par que organiza todo o próprio modernismo (Baker, 2020). Além disso, a concepção dicotômica parece impedir que se analisem o realismo e a ‘cultura da sensibilidade’ como propostas filosóficas mais profundas e complexas. De fato, é possível observar que a intenção de verossimilhança contida no realismo se submete ao desejo de induzir reações reais (de fato) no leitor, produzindo, assim, uma relação de simpatia e engajamento na recepção. Brooks (2005) descreve o projeto realista da literatura ficcional como “[...] modelar para fins lúdicos [...]” (Brooks, 2005, p. 2, tradução nossa)⁶, uma espécie de equivalente ao brinquedo infantil, que cria uma “[...] realidade paralela [...]” (Brooks, 2005, p. 2, tradução nossa)⁷ usada para criar mundos hipotéticos e observar como funcionariam – um experimento.

Mesmo não se categorizando exatamente nem como realista nem como exemplar de uma cultura da sensibilidade, a proposta de *O mandarim* estabelece elementos tanto de um quanto de outro. De fato, o chamado ‘dilema do mandarim’ é a suposição de um experimento moral. Nesse sentido, pode ser pensado como um mundo inventado, porém em conjecturas bastante ‘reais’ no sentido do realismo de Ian Watt (1990). Em que pesem os elementos fantasiosos, apresentados e justificados pelo próprio Eça de Queiroz em seu prólogo (2012, p. 7), há uma imaginação moral satírica, tanto quanto a de uma história fabulosa, fazendo apelos ambíguos ao leitor: não apenas a vítima é chinesa, como também todo o enredo se passa no território chinês (ambas possibilidades concretas). Além disso, Brooks (2005) afirma que é necessário pensar o realismo como uma espécie de dispositivo heurístico e não apenas um modo descritivo – “[...] não apenas o mundo visto, mas também o mundo compreendido” (Brooks, 2005, p. 3, tradução nossa).⁸ As observações visam chamar a atenção para o tipo de convencimento que perpassa o trabalho de *O mandarim*. Os sobressaltos, promovidos em parte pela própria aventura, são interrompidos por reclames e pelo espírito impaciente e tedioso do protagonista (Costa Lima, 2003). Mais do que tudo, Teodoro é movido pelo sentimento de culpa, que por sua vez só pode resultar dos processos de reconhecimento do humano como único.

Nesse sentido, contudo, a culpa de Teodoro só é possível porque a noção de humanidade prevaleceu, fazendo com que seu crime contra o mandarim na distante China fosse tão grave como qualquer outro crime a um ser humano. O fato de a impunidade estar assegurada é tanto mais importante porque focaliza a questão na subjetividade do protagonista. Por sua vez, ao acompanhar a dupla jornada de Teodoro – seja na viagem à China, seja no interior de sua consciência –, o leitor é chamado a se identificar e a proferir seu próprio julgamento. A identificação com Teodoro ou com o mandarim, contudo, não é óbvia nem exclusiva, como nos alertam os estudos sobre recepção.

Já afirmamos a importância das emoções como tema relevante para a constituição da subjetividade. No entanto, é igualmente relevante destacar o papel das emoções na composição da sociabilidade, a partir das ficções literárias. A questão já forma importante fortuna crítica, não só nos estudos literários, mas também nas ciências sociais (etnologia, psicologia, história), em geral, e na filosofia, muito particularmente. Afirmar a temática emocional dos romances é um truísmo, mas avaliar mais especificamente como funciona para a questão geral da sociabilidade ainda é tarefa imperativa. A proposta inverte a lógica, bastante difundida, de que as razões que explicam os romances se encontram fora do próprio romance, naquilo que os historiadores conceituam como contexto. Duas concepções, em campos diferentes, podem oferecer sugestões: Lynn Hunt, na história social, e Martha Nussbaum, na filosofia. Hunt afirma que o romance disseminou uma nova psicologia e uma nova ordem social e política, por meio de sua forma narrativa, enfatizando a conformação moderna da igualdade porque

[...] apresentavam a ideia de que todas as pessoas são fundamentalmente semelhantes por causa de seus sentimentos íntimos, e muitos romances mostravam em particular o desejo de autonomia. Dessa forma, a leitura dos romances criava um senso de igualdade e empatia por meio do envolvimento apaixonado com a narrativa (Hunt, 2009, p. 39).

⁶ “[...] modeling for play purposes [...]”

⁷ “[...] parallel reality [...]”

⁸ “[...] not only the world viewed but as well the world comprehended”.

Tanto nesse quanto em outros estudos (Hunt, 1992a, 1992b), Hunt já havia apontado a relação entre emoções e vida política, destacando como as mudanças dentro da esfera supostamente privada e íntima são importantes para a configuração de complexos emocionais, que respondem tanto pela estabilidade quanto pela mudança social.

Com relação aos ‘direitos humanos’ como invenção, o trabalho de Hunt mostra a importância do romance para a formação desse fenômeno. Para ela, esse foi o dispositivo que não apenas garantiu a formação do sujeito autônomo, dentro de aspectos morais do bem e do mal, como também promoveu, a partir desses aspectos, a simpatia geral entre os indivíduos. Os romances foram aqueles responsáveis por internalizar a forma abstrata da igualdade para uma realidade ‘sentida’ como autoevidente.

Sua tese se sustenta tanto na nova forma narrativa, própria do romance ficcional moderno (Watt, 1990), como na importância que a expressão da experiência ganha na formação de uma nova organização da subjetividade (Taylor, 1997). Essa combinação explicaria a fascinação que o romance exerceu, em suas versões epistolares e nas histórias de experiências alheias, de heróis e heroínas, que serviam como modelos a serem seguidos (Carey, 2005).

A argumentação de Nussbaum (1991) segue a mesma direção de Hunt naquilo que caracterizaria a função do romance ficcional no sentido político. A expressão ‘imaginação literária’ (Nussbaum, 1991) equivale, na descrição de Hunt (1992b), à capacidade da literatura de promover um deslocamento para a situação de outra pessoa, com simpatia e compaixão. Termo-chave em todo o seu trabalho, a ‘imaginação’ percorre, de maneira geral, toda a discussão filosófica promovida por Nussbaum (1991). Contudo, diferentemente das obras filosóficas, históricas ou mesmo econômicas, a literatura e o romance moderno instigariam os seus leitores a se colocar no lugar de pessoas com vidas diferentes. As estruturas narrativas, em seus arranjos particulares e no próprio modo de se dirigir ao leitor imaginário, seriam o conduto para se criar a sensação de que existem outras alternativas possíveis de histórias e de mundos. O corpus de análise de Nussbaum (1991), distinto do de Hunt, que escolheu obras do período romântico, compõe-se de alguns romances da fase realista (Dickens, Richard Wright, Foster), que ela acredita terem um apelo mais eficaz para a vida pública, na medida em que se configuram como registros históricos (Nussbaum, 1991). Mesmo que centradas em épocas diferentes, as duas autoras buscam demonstrar, a exemplo de Taylor (1997), que, diferentemente dos escritos sobre os santos ou das narrativas épicas, os romances modernos trouxeram as aspirações e as privações de pessoas comuns – a vida cotidiana. Além disso, as narrativas mais populares adotaram uma estrutura ou um ‘regime emocional’ sentimental (Reddy, 2004) que revelava a conexão dos fluxos mais amplos entre os indivíduos e entre estes e os bens.

De volta a *O mandarim*, podemos lê-lo com maior complexidade após essas sugestões. A carga irônica, muitas vezes pronunciada, é seguida de momentos quase trágicos, como aquele em que Teodoro é surpreendido pelo “[...] tumulto da turba, que invadia pelas portas despedaçadas” (Queiroz, 2012, p. 66). Tampouco é dispensável notar que Teodoro parece recusar, de imediato, a proposta de matar o mandarim, mas é convencido pelo diabo, que entre as descrições sobre as riquezas inigualáveis, acrescenta um argumento utilitarista:

Agora pondere estes fatos: o Mandarim, esse Mandarim do fundo da China, está decrépito e está gotoso: como homem, como funcionário do celeste império, é mais inútil em Pequim e na humanidade que um seixo na boca de um cão esfomeado. (Queiroz, 2012, p. 20).

A afirmação colocada dessa forma produz um tom jocoso e irônico. Tomada a decisão e recebida a fortuna, a situação dilemática se dissolve, mas os milhões ainda carecem de explicação, já que pareciam envoltos no sobrenatural ou em suspeita. Segundo o protagonista, o “[...] racionalismo [o] impedia de atribuir estes tesouros imprevistos [...]” (Queiroz, 2012, p. 27) às formas sobrenaturais (Deus ou o Diabo), bem como os afastavam de seu positivismo, sua filosofia. Contudo, o diálogo interno vai fazendo surgir os sinais de culpa de Teodoro, que já nos primeiros momentos de gozo de sua nova riqueza vê, ou pensa ver, a figura do mandarim.

A visão mais se assemelha a uma aparição fantasmagórica. O tema do fantasma é uma espécie de tropo, pelo menos desde o século XIX (Brewster & Thurston, 2018). No caso do romance de Eça, o espectro é mais uma aparição do que propriamente um fantasma, já que a imagem surge de forma confusa, sugerindo um lugar incerto entre a consciência de Teodoro e os aspectos fantásticos da narrativa. De fato, na tradição literária ocidental, o encontro com espectros evoca medo e culpa. O fantasma parece ser o ‘retorno’ de segredos ocultos, do arrependimento ou de uma culpa reprimida (Freud, 1919). O próprio Teodoro reconhece no espectro a

sua culpa, ao afirmar que não é a aparição do mandarim que o atormenta, e sim “[a] ideia, que se me cravara então no espírito como ferro inarrancável – que eu tinha assassinado um velho!” (Queiroz, 2021, p. 34).

Curiosamente, o discurso de Teodoro oscila na nomeação de sua vítima, retirando dela a estranheiridade e a chamando de ‘um velho’ a quem simpatia deve ser dirigida. Nesse movimento discursivo também se nota a culpa, reconhecida como um sentimento produzido pela consciência e internalizado como autoridade moral. Como resultado, a voz interiorizada – a da consciência – assume a existência de uma comunidade moral. A visão de Teodoro é agora mediada pelos olhos dessa comunidade, pouco importando se é fictícia ou verdadeira. Ela precisa ser alcançada, uma vez que só ela tem autoridade para libertá-lo, perdôá-lo.

Essa comunidade moral se desloca, na mente de Teodoro, da religião para a China. A viagem é um fracasso. O final do enredo mostra uma sincronia ao formato das fábulas, cuja narrativa se articula em uma moral teleológica: “[...] nunca mates o mandarim” (Queiroz, 2012, p. 83).

Considerações finais

O conto de Eça de Queiroz parece uma obra de somenos importância, quando comparada ao restante da produção do autor. A rapidez com que foi escrita, a extensão da narrativa e mesmo o aspecto onírico, raro em Eça, parecem sugerir que se trata de um escrito menor. Contudo, vimos mostrando que a aparente ingenuidade da obra propõe um sugestivo exame de questões morais que atravessam a dinâmica relacional entre o Ocidente e o Oriente. Tomando como certo que o estatuto metafórico da China funcione como limite do mundo, também parece adequado conduzir, por efeito metonímico, que o mandarim representa a totalidade do país, enquanto Teodoro significa a Europa imperialista. Assim, o próprio crime torna-se, nesse distanciamento, invisível ou naturalmente ignorável, podendo até ser atribuído a uma lógica utilitarista do diabo. Nossa proposta de leitura situou nesse ‘imbróglio’ queiroziano o tema da alteridade, em que a ideia da igualdade da condição humana, ampliada para o mundo, faz a figura do mandarim chinês passar à identificação de apenas um ‘velho’.

As considerações para uma leitura menos reducionista do conto *O mandarim* propuseram, antes de tudo, uma condição especulativa de teorias e autores pouco explorados na bibliografia sobre os estudos pós-coloniais no Brasil. De fato, em solo nacional, a esfera pública é discutida dentro de limites políticos racionais, deixando os aspectos emocionais para a esfera íntima, ou para questões intervenientes e indesejadas. Também é preciso anotar que, embora a bibliografia utilizada já esteja bastante consolidada, as conclusões estão longe do consenso. Martha Nussbaum, por exemplo, tem sugerido, desde os seus primeiros escritos (1991), que outros campos de estudo se interessem e unam esforços para a construção de um terreno mais falseável (Popper, 2001) de suas próprias teses sobre o papel da ficção na construção de um ideal humanista.

Portugal poderia ser efetivamente uma boa sugestão, se acompanharmos Nussbaum. As condições históricas peculiares do país impuseram uma indecibilidade entre a identidade de colonizador (como já tinha sido no passado) e de um país colonizado. De qualquer maneira, o dilema só poderia se colocar no nível da cultura, da identidade, dado que no plano político não havia qualquer ameaça de que Portugal perdesse sua soberania. As ideias de Boaventura Santos também localizam um dilema de identidade, de fundo cultural, buscando demonstrar o caráter “fronteiriço” da cultura portuguesa. De qualquer maneira, as sugestões para um debate sobre a identidade nacional centrada não nos indivíduos, mas na caracterização de um grupo (nacional) continuam sendo extremamente discutidas, embora sem o caráter de falseabilidade sugerido por Nussbaum. Por sua vez, já parece ser uma verdade que as emoções não são secundárias e merecem um exame mais atento.

Os sentimentos de empatia ou simpatia, no caso do romance em tela, não são, com certeza, um elemento tão evidente como aqueles dos típicos romances ingleses dos séculos XVIII e XIX. Contudo, de maneira oblíqua, apontam para as práticas de reconhecimento do outro. A questão do assassinato pela simples vontade garantiu a impunidade real de Teodoro, mas não o livrou da culpa – e será esse sentimento que conduzirá a história de Eça. Diferente do sentimento de vergonha, que interioriza o sofrimento e paralisa os sujeitos, os psicólogos (Lewis, 2016) têm afirmado que a culpa toma o aspecto retrospectivo de consciência sofrida em relação à vítima, promovendo ações para fora de si, em geral, como um desejo de reparação. Embora na narrativa a questão esteja estabelecida em termos interpessoais, personagens e lugares tomam formas simbólicas, referindo-se a objetos e sujeitos mais amplos. Essas associações sugerem também uma leitura que oscila do caso particular de Teodoro, no nível da sua consciência, para uma avaliação da relação entre as regiões estabelecidas num escopo de dominação – Ocidente sobre Oriente.

O processo de culpa de Teodoro indica também seu reconhecimento de outros, para além dos próprios europeus, no rol daqueles considerados dignos. Mesmo que acompanhados de ambiguidade, o sentimento de culpa e o desejo de reparação podem sugerir um dos impasses no processo de mundialização, que não revela apenas estruturas econômicas ou políticas, tampouco pode ser considerado um ajuste funcional.

Embora muitos críticos ainda apontem os sentimentos de simpatia, empatia e culpa como artefatos desviantes das estruturas 'reais' do mundo moderno (Eagleton, 2009), não há dúvida de que as emoções sejam relevantes para a construção e o funcionamento social. Afinal, se os esforços das humanidades tentam resgatar as emoções como algo para além da mera fisiologia ou irracionalidade, buscando nelas seus aspectos interpretativos, é importante considerá-los como historicamente construídos e, portanto, variáveis no espaço e no tempo.

Referências

- Al-Azm, S. J. (2000). Orientalism and orientalismo reverse. In A. L. Macfie (Ed.), *Orientalism: a reader* (p. 217-238). New York, NY: New York University Press.
- Baker, G. (2020). *Realism's Empire: empiricism and enchantment in the nineteenth-century novel*. Athens, OH: Ohio State University Press.
- Balzac, H. (2015). *O Pai Goriot*. São Paulo, SP: Penguin.
- Berrini, B. (1992). Introdução. In E. Queirós, *O mandarim* (p. 1569). Lisboa, PT: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Bleiker, R. (2009). *Aesthetics and world politics*. New York, NY: Palgrave Macmillan.
- Brewster, S., & Thurston, L. (2018). Introduction. In S. Brewster, & L. Thurston (Eds.), *The Routledge handbook to the ghost story*. New York, NY: Routledge.
- Brooks, P. (2005). *Realist vision*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Carey, B. (2005). *British Abolitionism and the rhetoric of sensibility: writing, sentiment, and slavery, 1760-1807*. New York, NY: Palgrave Macmillan.
- Carey, B., Ellis, M., & Salih, S. (2004). *Discourses of slavery and abolition: writing in Britain and its colonies 1660-1832*. London, UK: Palgrave.
- Casanova, P. A. (2002). *República mundial das letras*. São Paulo, SP: Estação Liberdade.
- Clifford, J. (1980). Review of orientalism - Edward W. Said. *History and Theory*, 19(2), 204-223.
- Conrad, J. (2002a). *Coração das trevas*. São Paulo, SP: Abril/Controljornal.
- Conrad, J. (2002b). *Lord Jim*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Revan.
- Costa Lima, L. (2003). *O redemunho do horror*. São Paulo, SP: Editora Planeta.
- Damrosch, D. (2003). *What is world literature?* Princeton, NJ: Princeton UP.
- Eagleton, T. (2009). *Trouble with strangers: a study of ethics*. Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell Press.
- Elias, N. (2011). *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Febvre, L. (1985). A sensibilidade e a história. In L. Febvre, *Combates pela história* (p. 217-232). Lisboa, PT: Presença.
- Foucault, M. (2013). *O Corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo, SP: n-1 Edições.
- Freud, S. (1919). O estranho. In S. Freud, *Obras psicológicas completas* (Vol. 17, p. 275-314). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Ginzburg, C. (2011). Matar um mandarim chinês. As implicações morais da distância. In C. Ginzburg, *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância* (p. xx-xx). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Hayot, E. (2009). *The hypothetical mandarin: sympathy, modernity, and chinese pain*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Huizinga, J. (1985). *O outono da idade média*. Lisboa, PT: Ulisses.
- Hunt, L. (1992a). *A nova história cultural*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Hunt, L. (1992b). *The family romance of the French revolution*. Oakland, CA: University California Press.
- Hunt, L. (2009). *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Levinas, E. (2008). *Totalidade e infinito*. Coimbra, PT: Edições 70.

- Lewis, B. (1982). The question of orientalism. *New York Review of Books*. Recuperado de <https://motherfoucaultsreadinggroup.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/01/the-question-of-orientalism.pdf>
- Lewis, M. (2016). Self-conscious emotions: embarrassment, pride, shame, guilt, and hubris. In M. Lewis, *Handbook of emoticons* (p. 792-814). New York, NY: The Guilford Press.
- Lourenço, E. (2001). *A náu de Ícaro*. São Paulo, SP: Companhia da Letras.
- Lourenço, E. (1991). *O labirinto da saudade*. Lisboa, SP: Tinta da China.
- Martins, A. C. (1967). O mandarim assassinado. In A. C. Martins, *Ensaio Queirosianos* (p. 10-266). Lisboa, PT: Europa-América.
- Moretti, F. (2003). *Atlas do romance europeu: 1800-1900*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Nussbaum, M. (1991). The literary imagination in public life. *New Literary History*, 22(4), 877-910.
- Poetic world politics. (2000). *Alternatives: Social Transformation and Humane Governance*, 25(3), 269-413.
- Popper, K. R. (2001). *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo, SP: Cultrix.
- Queiroz, E. (2012). *O mandarim*. São Paulo, SP: Tordesilhas.
- Reddy, W. M. (2004). *The Navigation of feeling: a framework for the history of emotions*. New York, NY: Cambridge: Cambridge University Press.
- Ribeiro, M. C. (2002). Empire, Colonial wars and post-colonialism in portuguese contemporary imagination. *Portuguese Studies*, 17(1), 132-214.
- Said, E. W. (2011). *Cultura e imperialismo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras
- Said, E. W. (1990). *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Santos, B. S. (2002). Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. *Luso-Brazilian Review*, 39(2), 9-43.
- Santos, B. S. (1993). Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo Social*, 5(1-2), 31-52.
- Sivan, E. (1997). *Orientalism polemics*. Recuperado de <https://in.bgu.ac.il/en/heksherim/2005/Orientalism-Polemics.pdf>
- Taylor, C. (1997). *As fontes do self*. São Paulo, SP: Editora Loyola.
- The aesthetic turn in international political theory. (2001). *Millennium: Journal of International Studies*, 30(3), 509-894.
- Todd, J. M. (1986). *Sensibility an introduction*. London, UK: Methuen Press.
- Wallerstein, I. (1999). Análise dos sistemas mundiais. In A. Giddens, & J. Turner (Orgs.), *Teoria social hoje* (p. 447-470). São Paulo, SP: Editora da UNESP.
- Watt, I. (1990). *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Young, R. (1990). *White mythologies*. London, UK: Routledge.